

*A PALATALIZAÇÃO DAS OCLUSIVAS DENTAIS /t/ E /d/
E AS RESTRIÇÕES SOCIAIS*

Dermeval da Hora (UFPB)

1 Introdução

Variáveis fonológicas do Português do Brasil têm sido estudadas por pesquisadores variacionistas em diferentes regiões. O interesse por tais variáveis tem gerado descrições que permitem traçar um perfil de sua ocorrência em termos mais gerais, como é o caso das vogais pretônicas e da vibrante, que, de norte a sul, já contam com resultados bem significativos.

A variável que escolhemos, palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/, embora tenha despertado o interesse de alguns pesquisadores, em nível variacionista, apresenta poucas descrições.

Do ponto de vista fonológico, a palatalização destas consoantes é um processo assimilatório resultante do espriamento do traço [coronal] da vogal /i/ e/ou do glide [y], provocando a mudança do traço [+anterior] da consoante para [-anterior]. Este processo pode ser desencadeado tanto da esquerda para a direita, assimilação progressiva, da direita para a esquerda, assimilação regressiva, como de ambos os lados, assimilação bidirecional. Em nível de Brasil, a assimilação regressiva, em formas como [xeđi], [p ti], se apresenta como a mais produtiva, segundo resultados obtidos por Bisol (1985) e Hora (1990), e, por isso mesmo, é dela que nos ocuparemos.

Se em níveis mais gerais constatamos que a palatalização destas consoantes tem-se revelado como o processo mais comum entre os falantes brasileiros, o mesmo não podemos dizer dos falantes pessoenses. Das 18077 ocorrências levantadas no corpus, apenas aconteceram 1332 casos de palatalização, o que representa apenas 7%.

Nosso estudo, que sintetiza os resultados obtidos a partir do corpus do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB)¹, objetiva descrever, em linhas gerais, o comportamento das consoantes mencionadas, sob a perspectiva da Teoria da Variação, salientando sua distribuição entre as variáveis sociais sexo, anos de escolarização e faixa

etária, também utilizadas como fatores sociais. Por questões de clareza, vale salientar que aqui será considerada aplicação o uso da forma palatalizada. Na análise quantitativa dos dados, utilizamos o pacote VARBRUL, versão 1.4 de Susan Pintzuk, 1988.

Considerando o corpus analisado, e com base em estudos anteriores, procuramos testar hipóteses que vinculam a palatalização das oclusivas dentais ao sexo feminino, ao nível de escolaridade mais alto e à faixa etária dos mais jovens.

Nas seções subseqüentes, inicialmente trataremos de nosso objeto de estudo e em seguida passaremos à apresentação e discussão dos resultados.

2 Sobre o objeto de estudo

Uma regra fonológica bastante produtiva no português do Brasil é a da palatalização das oclusivas dentais seguidas de vogal coronal antecedida ou não de glide portador do mesmo traço: o mesmo não se dando, entretanto, com vogal coronal antecedente. De maneira geral, esta regra se aplica em quase todo território brasileiro, exceto em boa parte dos Estados da região Nordeste, entre eles a Paraíba.

Na comunidade de João Pessoa, convivemos com três processos assimilatórios, envolvendo as consoantes /t/ e /d/. Assim, encontramos, variavelmente, formas como (rede, pote), (oito, doido, seita), (leite). Valendo o destaque de que a norma local é a não palatalização como demonstrarão os resultados obtidos.

Trabalhos já realizados sobre as primeiras formas têm mostrado que o índice de não palatalização neste contexto é muito baixo (Bisol, 1985; Hora, 1990). Bisol (1985), em seu estudo sobre a palatalização das oclusivas dentais no dialeto gaúcho, conclui ser a palatalização “uma regra que se aplica categoricamente em todos os contextos menos um - o da sibilante, sua restrição variável.” Tal constatação, porém, não pode ser ratificada com base nos dados de João Pessoa, comunidade em que os índices relacionados à palatalização são muito baixos. Nesta comunidade, acentuadamente, os resultados indicam a força da não palatalização. Exemplos como (rede), (pote), cujas consoantes oclusivas em outros dialetos seriam fortes candidatas à palatalização, no dialeto pessoense, apresentam baixa probabilidade de aplicação da regra.

Cardoso (1993), em seu estudo sobre a africada [ts] no português do Brasil, não documenta sua ocorrência na Paraíba, encontrando-a em área de Sergipe, Bahia e Norte de Minas. Segundo a autora, “sua distribuição - correspondendo sempre aos casos em que no código escrito se registra o decurso *it* - nesta região confere à realização caráter distinto do que se tem documentado para o falar “caipira” de São Paulo, e para os falares de Mato Grosso e Rio de Janeiro”. Por outro lado, Hora (1996),

constata em dados do Projeto VALPB, realizado a partir de 1993, que este processo existe na Paraíba e vai mais além quando identifica sua existência entre falantes com poucos anos de escolaridade, o que pode caracterizá-lo como não sendo de prestígio.

Vale salientar, que esta discussão não caberia ser levantada aqui, já que nos limitaremos a tratar apenas das primeiras formas, considerando o processo assimilatório regressivo, eliminando, inclusive o clítico, devido a grande quantidade de ocorrências. Feitas estas considerações acerca do objeto de estudo, passemos à apresentação e discussão dos resultados.

3 Apresentação e discussão dos resultados

Na análise quantitativa dos dados relativos à variável em pauta, dos nove fatores trabalhados foram selecionados seis pelo VARBRUL, a saber: contexto fonológico precedente, sexo, anos de escolarização, faixa etária, tipo de consoante e contexto fonológico seguinte. A fim de atingir nosso objetivo principal, consideraremos em nossa análise apenas os três fatores sociais, todos eles selecionados pelo Programa. O fato de descartarmos os fatores estruturais não significa que estejamos ignorando seu grau de importância na aplicação da regra estudada.

3.1 Variável sexo

Como bem demonstra a literatura pertinente ao assunto, a variável sexo tem comportamento diferenciado, dependendo do fenômeno que se está estudando. Se em alguns fenômenos, a mulher desponta como a principal inovadora : em outros, o homem se apresenta como tal. E assim, segundo Labov (1972), não podemos fazer generalizações quando tratamos deste assunto.

Estudos iguais a este realizados no Brasil (Bisol, 1985; Hora, 1990), em diferentes regiões, demonstram que o sexo não constitui uma variável significativa, considerando a proximidade de resultados entre homens e mulheres, ratificando a afirmação de Oliveira e Silva et al. (1994, p.8), segundo a qual a variável sexo raramente tem-se demonstrado relevante por si mesma.

Já os resultados que obtivemos em João Pessoa, como demonstra a Tabela 1, levam-nos a constatar que o sexo masculino tende a favorecer a aplicação da regra (.69), enquanto o sexo feminino tende a inibi-la (.33), com resultados bastante significativos.

Tabela 1
Variável: sexo

Sexo	Apl./Total	%	Peso Rel.
Feminino	318/9539	3	.33
Masculino	1014/8538	12	.69

Segundo Chambers (1995), nos estudos sociolinguísticos que incluem uma amostra de homens e mulheres há evidência de que as mulheres usam menos as variantes estigmatizadas e não padrão do que os homens do mesmo grupo social nas mesmas circunstâncias. Esta afirmação pode ser ratificada nos estudos de Wolfram, 1969; Labov, 1972, 1990; Romaine, 1978, entre outros. Isto leva-nos à seguinte questão: será que nossos resultados contrariam o previsto na literatura em relação ao sexo feminino? Oliveira e Silva (1996), em sua revisão bibliográfica acerca desta variável, afirma que em relação aos fenômenos de variação estável, a tendência geral é que as mulheres usem mais frequentemente a variante padrão do que os homens. Se considerarmos o padrão em nível nacional, quem está favorecendo-o são os homens, o que nos leva a supor, no caso do fenômeno estudado, estarmos diante de um processo com indícios de mudança, já que a forma favorecida é a não padrão.

3.2 Variável anos de escolarização

Por questões operacionais e considerando os índices de frequência mais próximos, os resultados relativos à variável anos de escolarização tiveram que ser amalgamados, resultando três variáveis.

Embora o fenômeno linguístico em pauta não seja diretamente focalizado na programação escolar, os resultados obtidos, ao levar-se em conta a variável anos de escolarização, mostraram-se, quantitativamente, bastante relevantes, como pode ser constatado a partir da Tabela 2, em que aqueles com até quatro anos de escolarização inibem a aplicação da regra (.27), ao contrário dos com cinco a oito anos e daqueles com mais de oito anos, (.70) e (.61), respectivamente.

Tabela 2
Variável: anos de escolarização

Anos de Esc.	Apl./Total	%	Peso Rel.
Até 4 anos	189/6888	3	.27
5 a 8 anos	499/3884	13	.70
Mais de 8	644/7305	9	.61

O fato de falantes com mais anos de escolarização aplicarem a regra leva-nos a considerar a forma palatalizada como sendo a forma de prestígio, ratificando, desse modo, o padrão lingüístico em nível nacional, mas não o local. Esta constatação, por sua vez, leva-nos a afirmar que nem sempre a forma que é considerada padrão seja a forma de prestígio para uma comunidade específica.

Substituindo classe social por anos de escolarização, estabelecendo que à classe baixa corresponde menos anos de escolarização e à classe alta mais anos de escolarização, correspondendo à classe média anos de escolarização intermediários, temos uma análise interessante acerca do fenômeno.

Segundo Oliveira e Silva (1996, p. 354), a distribuição das variantes lingüísticas por classes sociais distintas pode fornecer evidências auxiliares de mudança em progresso. Em situação de variação estável, geralmente, resultante da correlação entre classe social e as variantes lingüísticas tem-se um padrão linear, de forma que as variantes socialmente estigmatizadas caracterizam a linguagem de pessoas das classes mais baixas, enquanto as variantes socialmente valorizadas caracterizam a linguagem de pessoas da classe mais alta. Em alguns casos, no entanto, verifica-se que as variantes mais prestigiadas ocorrem mais freqüentemente na classe social imediatamente abaixo da classe mais alta, resultando num padrão curvilíneo, o que é interpretado como indícios de processos de mudança lingüística. Esta análise, conforme atesta a Tabela 2 ratifica nossa suposição ao analisarmos a variável sexo.

3.3 Variável faixa etária

Também por questões de operacionalização, tivemos que amalgamar os resultados referentes à faixa etária, e, para isso, levamos em conta os resultados mais próximos, que foram encontrados entre as duas primeiras faixas etárias (15-25 e 26-49). Opondo as duas faixas etárias resultantes, a Tabela 3 mostra-nos que a aplicação da regra é favorecida pelo

variável faixa etária acima de 49 anos (.67) e inibida pela faixa etária 15 a 49 anos (.40).

Tabela 3
Variável: faixa etária

Faixa Etária	Apl./Total	%	Peso Rel.
15 a 49 anos	591/11642	5	.40
Acima de 49	741/ 6435	12	.67

Tais resultados ratificam o fato de que a fala dos adolescentes, progressivamente, se aproxima da fala dos adultos, como afirma Labov (1966).

A observação dos resultados da Tabela 3 nos leva a supor que não podemos ratificar nossa posição até agora asseverada em relação às variáveis anteriores, já que são os da faixa etária mais avançada quem favorecem a aplicação da regra. Considerando, porém, o que Guy (1990) afirma sobre os tipos de mudança, nossos resultados são plenamente coerentes, e, por sua vez, sustentam nossas suspeitas anteriores, visto que a variante em pauta, palatalização das oclusivas dentais, é a forma de prestígio, e como tal o processo entra na comunidade não espontaneamente, mas por empréstimo de outro dialeto. Assim sendo, mais uma vez percebemos que estamos diante de fortes indícios de que um processo de mudança pode estar sendo iniciado na comunidade.

4 Conclusão

Sem a pretensão de estabelecer conclusões definitivas, vale salientar que o comportamento das oclusivas dentais está estreitamente relacionado às variáveis sociais controladas. O que significa termos confirmado nossa hipótese inicial de trabalho.

Embora tenhamos consciência de que há muito para ser estudado, parcialmente podemos afirmar que a palatalização das oclusivas dentais não caracteriza o falar pessoense. Além disso, fica claro que se a comunidade estudada seguir o padrão nacional de aplicação da regra no contexto analisado, os homens deverão ser os agentes inovadores de um fenômeno cujos resultados revelam indícios de um possível processo de mudança.

Nota

- 1 Este trabalho teve suporte financeiro do CNPq, Processo Nº 530253/93-3.

5 Referências Bibliográficas

- BISOL, Leda. A palatalização e sua restrição variável. Porto Alegre, 1985. Relatório de Pesquisa . mimeo.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Sobre a africada [ts] no português do Brasil. DiG, 1, 92-111, 1993.
- CHAMBERS, J. K. Sociolinguistic theory. Oxford: Blackwell, 1995.
- GUY, Gregory R. The sociolinguistic types of language change. Diachronica VII:1, 1990.
- HORA, Dermeval da . Palatalização das oclusivas dentais: variação e representação não-linear. Tese de Doutorado. PUC-RS, 1990.
- LABOV, William. The social stratification of English in New York City. Washington, DC: Center for Applied Linguistics, 1966
- OLIVEIRA e SILVA, Giselle M. et al. Diferenças lingüísticas entre sexos: fronteiras entre o biológico e o cultural. Tempo Brasileiro, n. 117, 1994.
- OLIVEIRA e SILVA, Giselle M. Conclusão: visão de conjunto das variáveis sociais. In: _____, SCHERRE, Maria Marta Pereira. Padrões sociolingüísticos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 335-378.